

Lins
Agroindustrial S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Lins Agroindustrial S.A.

Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lins Agroindustrial S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lins Agroindustrial S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Lins Agroindustrial S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	459.779	476.092	Fornecedores	18	33.679	56.131
Aplicações financeiras	8	97.959	62.340	Arrendamentos a pagar	17	7.032	7.278
Contas a receber de clientes	9	81.044	49.757	Parceria agrícola a pagar	17	173.690	162.653
Instrumentos financeiros derivativos	33	38.298	72.490	Empréstimos e financiamentos	19	212.775	115.242
Estoques	10	160.596	151.090	Obrigações com a Cooperativa	20	984	928
Ativo biológico	11	272.050	232.177	Salários e contribuições sociais	21	27.350	21.932
Adiantamentos a fornecedores	12	648	683	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	16.304	13.317
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13 b)	13.328	8.568	Empréstimos de acionistas	22	8.634	-
Tributos a recuperar	13 a)	40.584	16.774	Adiantamentos de clientes	23	24.575	1.104
Demais contas a receber	14	2.097	2.287	Instrumentos financeiros derivativos	33	164.182	170.242
				Tributos a recolher	24	1.461	4.057
Total do ativo circulante		1.166.383	1.072.258	Total do passivo circulante		670.666	552.884
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	8	50.469	41.194	Empréstimos e financiamentos	19	859.962	900.645
Instrumentos financeiros derivativos	33	17.218	-	Arrendamentos a pagar	17	6.992	4.772
Tributos a recuperar	13 a)	18.697	22.243	Parceria agrícola a pagar	17	774.800	798.687
Demais contas a receber	14	42.164	43.772	Instrumentos financeiros derivativos	33	23.924	-
				Obrigações com a Cooperativa	20	17.817	18.509
				Empréstimos de acionistas	22	77.710	76.381
				Provisão para contingências	25	4.542	3.057
				Tributos diferidos	26	151.352	141.499
				Total do passivo não circulante		1.917.099	1.943.550
				Total do passivo		2.587.765	2.496.434
Investimentos	15	625	625	Patrimônio líquido	27		
Imobilizado	16	901.196	849.932	Capital social		499.927	499.927
Intangível		3.640	4.378	Reservas de lucros		120.903	57.245
Direito de uso	17	942.598	980.472	Ajuste de avaliação patrimonial		(65.605)	(38.732)
Total do ativo não circulante		1.976.607	1.942.616	Total do patrimônio líquido		555.225	518.440
Total do ativo		3.142.990	3.014.874	Total do passivo e patrimônio líquido		3.142.990	3.014.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida das vendas	28	987.380	807.794
Custo dos produtos vendidos	29	(787.204)	(573.548)
Variação do valor justo do ativo biológico	11	<u>42.991</u>	<u>44.211</u>
Lucro bruto		<u>243.167</u>	<u>278.457</u>
Despesas com vendas	29	(10.648)	(10.862)
Despesas gerais e administrativas	29	(41.958)	(36.135)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	<u>17.961</u>	<u>2.002</u>
Lucro operacional		<u>208.522</u>	<u>233.462</u>
Receitas financeiras	31	61.551	17.857
Despesas financeiras	31	(227.159)	(132.809)
Variação cambial, líquida	31	(13.538)	18.483
Derivativos	31 / 33	<u>16.311</u>	<u>(19.896)</u>
Resultado financeiro	31	<u>(162.835)</u>	<u>(116.365)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		45.687	117.097
Imposto de renda e contribuição social	26		
Correntes		1.031	(2.522)
Diferidos		<u>(8.567)</u>	<u>(27.171)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>38.151</u>	<u>87.404</u>
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	32	<u>13,02</u>	<u>29,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	38.151	87.404
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	20.794	(41.775)
Derivativos de câmbio - opções e NDF	(17.013)	90.030
Tributos diferidos sobre itens acima	(1.286)	(16.406)
	<u>2.495</u>	<u>31.849</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>40.646</u></u>	<u><u>119.253</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajuste patrimonial	Custo atribuído	Hedge accounting		
Em 31 de março de 2021	274.537	5.845	-	300.292	-	17.221	(113.451)	-	484.444
Capitalização de reservas	27 (ii)	225.390	(5.845)	-	(219.545)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	27 (iii)	-	-	-	-	(1.976)	-	1.976	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	27 (iii)	-	-	-	-	-	31.849	-	31.849
Reavaliação cisão parcial	-	-	-	-	27.625	-	-	-	27.625
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	87.404	87.404
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas	27 (ii)	-	4.370	-	65.180	-	-	(69.550)	-
Constituição de juros sobre o capital	27 (v)	-	-	-	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Dividendos adicionais	27 (ii)	-	-	-	(93.052)	-	-	-	(93.052)
Dividendos mínimos obrigatórios	27 (iv)	-	-	-	-	-	-	(830)	(830)
Em 31 de março de 2022	499.927	4.370	-	52.875	27.625	15.245	(81.602)	-	518.440
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	27 (iii)	-	-	-	-	(1.743)	-	1.743	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	27 (iii)	-	-	-	-	-	2.495	-	2.495
Transferência para constituição de reservas	27 (iii)	-	-	-	27.625	(27.625)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	38.151	38.151
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas	27 (ii)	-	1.908	13.998	20.127	-	-	(36.033)	-
Constituição de juros sobre o capital	27 (v)	-	-	-	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	27 (iv)	-	-	-	-	-	-	(361)	(361)
Em 31 de março de 2023	499.927	6.278	13.998	100.627	-	13.502	(79.107)	-	555.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lins Agroindustrial S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		45.687	117.097
Ajustes:			
Depreciação e amortização	29	120.106	98.344
Depreciação direito de uso	29	147.967	87.513
Colheita dos ativos biológicos	11	210.833	167.180
Varição do valor justo do ativo biológico	11	(42.991)	(44.211)
Resultado da baixa de arrendamentos	17	8.029	-
Varição do valor justo de Propriedades de investimento		-	6.535
Resultado da alienação de ativo imobilizado	16	(579)	4.102
Provisão para contingências	25	1.485	1.048
Instrumentos derivativos não realizados		38.619	(15.345)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos	35	136.957	53.768
Juros de arrendamentos e parcerias agrícolas	17	80.290	49.034
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	31	(2.838)	(10.604)
		<u>743.565</u>	<u>514.461</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(33.171)	46.125
Estoques		3.350	(28.300)
Aumento de ativo biológico	11	(222.107)	(179.815)
Adiantamentos a fornecedores		35	167
Tributos a recuperar		(23.857)	(16.301)
Demais contas a receber		1.991	(10.892)
Fornecedores		(22.452)	11.264
Obrigações com a Cooperativa		(1.041)	(1.076)
Salários e contribuições sociais		5.418	1.368
Provisão para contingências - liquidações		-	(1.154)
Adiantamento de clientes		23.471	(5.910)
Impostos a pagar		(3.121)	(2.810)
Demais contas a pagar		-	(969)
		<u>472.081</u>	<u>326.158</u>
Caixa gerado nas operações			
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	35	(111.778)	(66.391)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>1.029</u>	<u>(2.522)</u>
		<u>361.332</u>	<u>257.245</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Ingressos de aplicações financeiras		(112.896)	(106.248)
Resgates de aplicações financeiras		81.736	198.313
Adições ao ativo imobilizado e intangível exceto cana-de-açúcar	16	(46.663)	(103.799)
Adições ao ativo imobilizado cana-de-açúcar	16	(130.336)	(134.204)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado		4.292	14.175
Adições ao ativo investimentos		-	(10)
		<u>(203.867)</u>	<u>(131.773)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos e financiamentos bancários	35	(121.865)	(150.747)
Ingressos de empréstimos e financiamentos bancários	35	153.536	391.298
Ingressos de empréstimos de acionista		-	73.000
Amortização de alugueis, arrendamentos e parcerias - principal	17	(193.880)	(122.010)
Amortização de alugueis, arrendamentos e parcerias juros	17	(11.218)	(46.747)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		<u>(351)</u>	<u>(103.927)</u>
		<u>(173.778)</u>	<u>40.867</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos			
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido			
		<u>(16.313)</u>	<u>166.339</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		<u>476.092</u>	<u>309.753</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u><u>459.779</u></u>	<u><u>476.092</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lins Agroindustrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 8 de agosto de 2019, com sede no município de Lins, estado de São Paulo, e possui como atividade preponderante a produção e o comércio de açúcar, etanol e seus subprodutos, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar em áreas próprias e de terceiros em regime de parceria. Substancialmente a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é de propriedade da Companhia.

A Companhia é controlada pela *holding* Equi Participações e Empreendimentos S.A., no qual possui 100% das ações.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa nº 6

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de junho de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 17 - prazo do arrendamento: se a Companhia têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6.9 (iii) – Vida útil do ativo imobilizado;
- Notas explicativas nº 09 - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- Nota explicativa nº 11 - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- Nota explicativa nº 17 – Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2) - Arrendamentos;
- Nota explicativa nº 25 - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 – Ativo biológico; e
- Nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda; e
- os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído na data da transição.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao longo do exercício apresentado nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário.

6.1 Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia fabrica e vende açúcar, etanol e outros produtos. As vendas destes produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

6.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: juros sobre aplicações financeiras; juros ativos e passivos; despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ganhos e perdas com derivativos; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

6.3 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

6.4 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

6.6 Operações Cooperativa

A Companhia foi cooperada junto a Copersucar, cooperativa da qual houve o desligamento ao final em março/2016. Nas operações mantidas com a Cooperativa, as receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração, efetuadas pela Cooperativa, eram apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

6.7 Ativo biológico

O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”.

6.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados no grupo de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (Nota explicativa nº 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

6.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia incorporou acervo líquido em que determinados ativos imobilizados foram avaliados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs (1º de abril de 2009).

Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas de depreciação, ao ano, são as seguintes:

Edifícios, dependências e benfeitorias	de 2 a 10%
Equipamentos instalações industriais	de 2,5 a 33%
Veículos	de 5 a 20%
Máquinas e implementos agrícolas	de 5 a 20%
Cana-de-açúcar	20%
Outros	de 3 a 50%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.10 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

6.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros, preço de açúcar e de etanol.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no Patrimônio líquido para alguns Derivativos elegíveis para a Contabilidade de *Hedge*, sendo a variação dos demais alocada ao resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, as variações ocorridas no valor justo do derivativo são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em VJORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge* estes instrumentos impactam o resultado operacional no momento da liquidação da operação. Quaisquer variações no valor justo dos derivativos não designados a *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado.

A avaliação de atendimento aos requisitos de eficácia ocorre na data de designação inicial e, trimestralmente, em cada data de divulgação até o seu encerramento ou descontinuação da Relação de *hedge*. O objetivo é avaliar o cumprimento da exigência de que o instrumento de *hedge* é altamente eficaz na obtenção da compensação para os fluxos de caixa protegidos e, assim, apoiar a continuação ou descontinuação da contabilidade de *hedge* para um determinado derivativo ou grupo de derivativos

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta de ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado.

6.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto social da Companhia determina o percentual de 1% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios (vide nota explicativa nº 27 iv).

6.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida

6.14 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.15 Subvenção para investimentos

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na Nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2023.

6.16 Lucro líquido por ação – básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionista da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

6.17 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas.

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia altera sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas entrará em vigor para os exercícios iniciados após 1º de abril de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas e interpretações alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

a. Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 50 - Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Remuneração média ponderada		2023	2022
		2023	2022		
Caixa e bancos no Brasil		-	-	366	64
Caixa e bancos no exterior (dolar norte-americano)		-	-	27.761	51.143
Títulos e valores mobiliários					
CDB	CDI	103,85%	103,87%	390.858	403.454
Letra financeira	CDI	103,54%	102,13%	40.794	5.013
Fundo de investimento	CDI	-	139,11%	-	16.418
Total de caixa e equivalentes de caixa				<u>459.779</u>	<u>476.092</u>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 33.

b. Aplicações financeiras

	Indexador	Remuneração média ponderada		2023	2022
		2023	2022		
CDB	CDI	105,83%	107,59%	119.398	77.017
Letra financeira	CDI	104,35%	103,07%	39.030	26.517
Total de aplicações financeiras				<u>148.428</u>	<u>103.534</u>
Ativo circulante				97.959	62.340
Ativo não circulante				<u>50.469</u>	<u>41.194</u>

As aplicações financeiras são investimentos que não atendem ao conceito de equivalentes de caixa, usualmente relacionadas a garantias para operações de financiamento, com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa nº 33.

9 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Clientes mercado interno	34.086	38.285
Clientes mercado externo	46.992	12.278
Provisão para perdas esperadas	<u>(34)</u>	<u>(806)</u>
	<u>81.044</u>	<u>49.757</u>

O saldo a receber de clientes, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, refere-se a venda direta de produtos aos clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota explicativa nº 33.

O saldo de contas a receber de clientes está distribuído como segue:

	2023	2022
A vencer	81.078	50.563
Vencidos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>81.078</u>	<u>50.563</u>

Provisão para perdas esperadas

	2023	2022
Saldo inicial	(806)	(806)
Provisão no exercício	-	-
Perdas no exercício	772	-
Saldo final	(34)	(806)

10 Estoques

	2023	2022
Produtos acabados e em elaboração	82.926	67.153
Custos a apropriar do período de entressafra	47.027	55.598
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	30.584	28.339
Renovabio - Cbios	59	-
	160.596	151.090

O custo dos produtos acabados contempla a cana-de-açúcar (considerada como produto agrícola e mensurada pelo valor justo, menos despesas de vendas, no momento da colheita) e os gastos gerais de fabricação, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

Os estoques de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Renovabio – cbios

A Política Nacional de Biocombustíveis – Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

O programa Renovabio estabelece a obrigatoriedade das distribuidoras de combustíveis em comprar créditos na proporção de suas vendas de combustíveis fosseis, visando minimizar os impactos das emissões de carbono de suas atividades. Paralelamente os produtores de combustíveis renováveis, podem se certificar ar para emissão destes créditos de descarbonização (CBIOS).

A Companhia foi certificada em 13 de março de 2020 no programa Renovabio e, em 18 de março de 2020, firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para utilização da plataforma Cbios.

Em 31 de março de 2023 a Companhia possuía 816 Cbios disponíveis para comercialização, (em 31 de março de 2022 não havia Cbios disponíveis).

Durante o exercício social, foram comercializados 164.699 Cbios (222.223 em 31 de março de 2022), reconhecidos como Receita líquida (Nota 28).

11 Ativo biológico

A movimentação do ativo biológico (cana-de-açúcar) está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Ativo biológico no início do exercício	232.177	182.582
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	222.107	179.815
Reduções decorrentes de colheita	(225.225)	(174.431)
Varição no valor justo	<u>42.991</u>	<u>44.211</u>
Ativo biológico no fim do exercício	<u>272.050</u>	<u>232.177</u>

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos de vários órgãos reguladores, para os quais estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento.

(ii) Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo e na indústria. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos.

(iii) Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2023	2022
Área estimada de colheita (hectares)	50.062	46.840
Produtividade prevista (tonelada/hectare)	81,47	71,40
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/ton)	136,77	138,85
Valor do kg de ATR - médio projetado (R\$)	1,23	1,22

Em 31 de março de 2023, os fluxos de caixa foram descontados por 9,10% a.a. (13,00% a.a. em 31 de março de 2022) que é o WACC (*Weighted Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia em 31 de março de 2023 e a SELIC em 31 de março de 2022.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 30.534. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 23.053.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores - cana-de-açúcar	538	501
Adiantamento a outros fornecedores	110	182
	<u>648</u>	<u>683</u>

Os adiantamentos são representados, substancialmente, por valores adiantados a fornecedores de cana, cuja entrega do produto ocorrerá durante a próxima safra.

13 Impostos a recuperar

a. Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.663	925
Programa de integração social - PIS	8.738	4.630
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.226	21.036
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.211	11.417
REINTEGRA	944	416
Demais impostos	499	931
	<u>59.281</u>	<u>39.355</u>
Ativo circulante	40.584	16.774
Ativo não circulante	18.697	22.243

Os valores de ICMS, PIS e COFINS, que estão registrados no ativo circulante, são créditos acumulados da aquisição de ativos imobilizados que serão recuperados nos próximos 12 meses, com impostos gerados na comercialização de açúcar, etanol e subprodutos. A parcela existente no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS na aquisição de ativos imobilizados, em que se estima que serão realizados em período superior a 12 meses.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ	11.954	6.833
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.374	1.735
	<u>13.328</u>	<u>8.568</u>

14 Demais contas a receber

	2023	2022
Empréstimos a terceiros	-	285
Depósitos judiciais	3.337	1.322
Contas a receber Cooperativa (i)	3.583	3.583
Contas a receber Usina Batatais (ii)	34.099	37.462
Outras contas a receber	3.242	3.407
	<u>44.261</u>	<u>46.059</u>
Ativo circulante	2.097	2.287
Ativo não circulante	<u>42.164</u>	<u>43.772</u>

- (i) Participação da Companhia em processos de restituição de tributos administrados pela Cooperativa, para os quais não há mais possibilidade de reversão do crédito. O saldo não sofre atualização e não há data definida para realização, motivo pelo qual os saldos são classificados como não circulante.
- (ii) A Companhia possui o saldo a receber pelo resultado da cisão entre as empresas ocorrido em 29 de fevereiro de 2020. Na cisão foram divididos os valores contábeis na proporção de 50% para cada Companhia, parte destes valores cindidos, que se encontram no não circulante serão recebidos até abril de 2026, corrigido pela variação do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA.

15 Investimentos

Representados substancialmente por 2.521 ações do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., este investimento está avaliado a custo pelo montante de R\$ 613, sendo esta a melhor estimativa de realização do valor deste ativo até a presente data.

16 Imobilizado

	Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Cana-de-açúcar	Outros	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 01 de abril de 2021	32.332	32.252	222.767	47.111	80.004	263.317	15.020	37.096	4.315	734.214
Aquisição	-	20	5.074	5.690	17.759	134.204	2.363	57.290	14.527	236.927
Transferências	(10.351)	41.177	52.126	823	1.475	-	245	(72.601)	(12.894)	-
Baixas	(10.348)	-	(58)	(237)	(1.901)	-	(11)	-	(5.722)	(18.277)
Depreciação	-	(1.321)	(19.519)	(4.841)	(11.327)	(63.684)	(2.240)	-	-	(102.932)
Saldos em 31 de março de 2022	11.633	72.128	260.390	48.546	86.010	333.837	15.377	21.785	226	849.932
Custo total	11.633	83.729	418.552	87.892	142.748	559.254	28.145	21.785	226	1.353.964
Depreciação acumulada	-	(11.601)	(158.162)	(39.346)	(56.738)	(225.417)	(12.768)	-	-	(504.032)
Valor residual	11.633	72.128	260.390	48.546	86.010	333.837	15.377	21.785	226	849.932
Saldos em 01 de abril de 2022	11.633	72.128	260.390	48.546	86.010	333.837	15.377	21.785	226	849.932
Aquisição	-	-	6.003	251	19.038	130.336	726	15.234	4.581	176.169
Transferências	-	20.310	7.183	689	498	-	995	(26.860)	(2.815)	-
Baixas	-	-	(23)	(1.549)	(1.293)	(812)	(30)	-	(6)	(3.713)
Depreciação	-	(2.213)	(22.288)	(4.671)	(12.911)	(76.741)	(2.368)	-	-	(121.192)
Saldos em 31 de março de 2023	11.633	90.225	251.265	43.266	91.342	386.620	14.700	10.159	1.986	901.196
Custo total	11.633	104.039	429.004	82.373	153.273	642.895	29.739	10.159	1.986	1.465.101
Depreciação acumulada	-	(13.814)	(177.739)	(39.107)	(61.931)	(256.275)	(15.039)	-	-	(563.905)
Valor residual	11.633	90.225	251.265	43.266	91.342	386.620	14.700	10.159	1.986	901.196
Taxas anuais de depreciação - %	-	de 2 a 10%	de 2,5 a 33%	de 5 a 20%	de 5 a 20%	20%	de 3 a 50%	-	-	-

a. Bens dados em garantia

A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, perfazendo um total de R\$ 254.232 em 31 de março de 2023 (R\$ 246.194 em 31 de março de 2022).

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

c. Obras em andamento e adiantamentos a fornecedores

O saldo de obras em andamento refere-se substancialmente aos gastos incorridos no projeto de irrigação, adequação das salas no edifício Le Monde, adequações no processo industrial, os quais serão encerrados em sua grande maioria no decorrer da safra 23/24.

17 Direito de uso e Arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

a. Ativos de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Parceria Agrícola (i)	Arrendamento Agrícola	Outros	Ativo de direito de uso
Saldo em 01 de abril de 2021	705	1.398	651.571	3.305	839	657.818
Acréscimo por novos contratos	-	10.400	29.834	-	429	40.663
Remensuração	-	-	375.006	1.788	-	376.794
Depreciação	(211)	(6.586)	(87.154)	(302)	(550)	(94.803)
Saldo em 31 de março de 2022	<u>494</u>	<u>5.212</u>	<u>969.257</u>	<u>4.791</u>	<u>718</u>	<u>980.472</u>
Direito de uso	935	19.522	1.192.815	5.585	1.652	1.220.509
Depreciação acumulada	(441)	(14.310)	(223.558)	(794)	(934)	(240.037)
Valor residual	<u>494</u>	<u>5.212</u>	<u>969.257</u>	<u>4.791</u>	<u>718</u>	<u>980.472</u>
Saldo em 01 de abril de 2022	494	5.212	969.257	4.791	718	980.472
Acréscimo por novos contratos	-	11.249	99.675	-	444	111.368
Remensuração	-	-	3.922	30	-	3.952
Baixa	-	(468)	-	-	-	(468)
Depreciação	(212)	(8.558)	(142.963)	(488)	(505)	(152.726)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>282</u>	<u>7.435</u>	<u>929.891</u>	<u>4.333</u>	<u>657</u>	<u>942.598</u>
Direito de uso	935	30.303	1.296.412	5.615	2.096	1.335.361
Depreciação acumulada	(653)	(22.868)	(366.521)	(1.282)	(1.439)	(392.763)
Valor residual	<u>282</u>	<u>7.435</u>	<u>929.891</u>	<u>4.333</u>	<u>657</u>	<u>942.598</u>

(i) Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como parceria agrícola, que apesar de não se tratarem de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos.

b. Passivos de arrendamento

	Compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldo em 01 de abril de 2021	886.458	(210.800)	675.658
Acréscimo por novos contratos	61.263	(20.600)	40.663
Remensuração	376.794	-	376.794
Pagamentos efetuados	(122.010)	-	(122.010)
Pagamentos efetuados juros	(46.747)	-	(46.747)
Apropriação de encargos financeiros	-	49.032	49.032
	<u>1.155.758</u>	<u>(182.368)</u>	<u>973.390</u>
Saldo em 31 de março de 2022			
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	169.931
Arrendamento a pagar	-	-	7.278
Parceria agrícola a pagar	-	-	162.653
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	803.459
Arrendamento a pagar	-	-	4.772
Parceria agrícola a pagar	-	-	798.687
	<u>-</u>	<u>-</u>	973.390
Saldo em 01 de abril de 2022	1.155.758	(182.368)	973.390
Acréscimo por novos contratos	214.561	(103.195)	111.368
Remensuração	3.953	-	3.952
Baixa	(1.386)	-	(1.386)
Pagamentos efetuados	(193.879)	-	(193.879)
Pagamentos efetuados juros	(11.218)	-	(11.218)
Apropriação de encargos financeiros	-	80.288	80.288
	<u>1.167.789</u>	<u>(205.275)</u>	<u>962.514</u>
Saldo em 31 de março de 2023			
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	180.722
Arrendamento a pagar	-	-	7.032
Parceria agrícola a pagar	-	-	173.690
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	781.792
Arrendamento a pagar	-	-	6.992
Parceria agrícola a pagar	-	-	774.800
	<u>-</u>	<u>-</u>	962.514

A Companhia adotou taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras.

Na data de adoção inicial dos contratos incorporados, foram utilizadas as cotações bancárias de 10,28% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 8,73% para parceiros e arrendamento agrícolas. Para os contratos adicionados ao longo de 2020 e 2021, foram utilizadas as taxas médias de 9,17% e 9,18% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 5,83% e 4,33% para parcerias e arrendamentos agrícolas respectivamente. Para os contratos adicionados ao longo de 2022, foi utilizada a taxa média de 9,06% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 10,58% para parcerias e arrendamentos agrícolas. Para os contratos adicionados ao longo de 2023, foi utilizada a taxa média de 20,23% e 21,05% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 15,23% para parcerias e arrendamentos agrícolas.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceiros agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição:

Prazo	2023	2022
de 1 a 2 anos	179.316	168.104
de 2 a 3 anos	167.130	162.641
de 3 a 4 anos	159.734	155.802
de 4 a 5 anos	143.947	144.680
de 5 a 6 anos	132.508	119.358
de 6 a 7 anos	108.488	106.636
de 7 a 8 anos	85.086	85.614
acima de 8 anos	209.686	234.691
(-) Ajuste a valor presente	<u>(404.103)</u>	<u>(374.067)</u>
	<u>781.792</u>	<u>803.459</u>

18 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de bens e serviços (i)	29.774	31.002
Fornecedores de cana-de-açúcar (ii)	3.714	24.986
Outras contas a pagar	<u>191</u>	<u>143</u>
	<u>33.679</u>	<u>56.131</u>

- (i) O saldo de fornecedores de bens e serviços referem-se a compras de materiais, insumos, serviços e equipamentos.
- (ii) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual complemento de preço calculado com base no preço final de safra, que utiliza o índice do ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na Nota explicativa nº 33.

19 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota explicativa nº 33.

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		2023	2022
			De	Até		
Nota de Crédito a Exportação-NCE	R\$	Varição do CDI acrescido de juros de 1,55% a.a.	25/02/2022	22/04/2027	77.277	-
Nota de Crédito a Exportação – NCE	US\$	Varição cambial mais juros de 4,23% (igual em 2022)	28/10/2019	01/10/2024	17.271	24.145
Pré-Pagamento de Exportação-PPE	US\$	Varição Cambial mais juros de 1,90% a.a até 4,00% a.a. mais LIBOR 6M (igual em 2022)	10/10/2019	13/11/2028	93.196	110.432
CPR Financeira	R\$	Varição do CDI acrescido de Juros de 1,60% a 2,10% a.a. (igual em 2022)	31/10/2019	21/12/2028	223.269	158.190
Certificados Recebíveis do Agronegócio	R\$	Varição do CDI acrescido de Juros de 1,5% a.a.	18/03/2022	16/03/2028	73.874	72.999
Cédula de Crédito Bancário	R\$	Varição do CDI acrescido de Juros de 1,30% a 2,6% a.a. (2022 - 0,95% a 2,6%)	31/07/2020	24/02/2027	219.438	263.430
Finex	R\$	Varição do CDI acrescido de Juros de 1,6592% a.a. (igual em 2022)	27/09/2019	28/09/2026	116.290	142.261
Finame	R\$	Juros de 2,50% a 5,50% a.a. (igual em 2022)			-	398
Finame	R\$	TJLP acrescida de 2,98% a.a. (igual em 2022)	26/10/2018	15/08/2025	160	227
Finem	R\$	Juros de 1,77% a 3,07% a.a. (igual em 2022)	18/02/2019	15/12/2032	9.331	3.654
Finem (a)	R\$	TLP acrescida de 1,66% a 2,07% a.a. (igual em 2022)	18/02/2019	15/12/2032	242.631	240.151
					<u>1.072.737</u>	<u>1.015.887</u>
Passivo circulante					212.775	115.242
Passivo não circulante					<u>859.962</u>	<u>900.645</u>

a. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Finem)

Refere-se a contratação junto ao BNDES, para ampliação da capacidade de moagem da Companhia no montante de R\$ 332.600, com custo médio de 4,91% na taxa pré-fixada + taxa pós da TLP-IPCA, a ser liberado por tranches, de acordo com os gastos apresentados. O saldo da dívida é apresentado líquido dos gastos incorridos na operação, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação.

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

Vencimentos	2023	2022
de 1 a 2 anos	312.183	173.413
de 2 a 3 anos	150.890	296.236
de 3 a 5 anos	275.679	237.607
acima de 5 anos	<u>121.210</u>	<u>193.389</u>
	<u>859.962</u>	<u>900.645</u>

A composição do saldo total por instituição financeira em 31 de março de 2023 é a seguinte:

Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	31.177	214.859	246.036
Banco Itaú Unibanco	38.222	127.500	165.722
Banco Santander	36.282	106.000	142.282
Banco Safra	40.606	74.464	115.070
Banco Votorantim	33.403	47.619	81.022
Virgo Companhia de Securitização	346	73.528	73.874
Banco BTG Pactual	359	69.888	70.247
Banco Rabobank	11.887	52.536	64.423
China Construction Bank	10.184	51.101	61.285
Banco Bocom BBM	1.505	34.000	35.505
Banco ABC Brasil	<u>8.804</u>	<u>8.467</u>	<u>17.271</u>
	<u>212.775</u>	<u>859.962</u>	<u>1.072.737</u>

Estão garantidos por alienação fiduciária dos bens do ativo imobilizado financiados (conforme Nota explicativa nº 16 (a)), hipotecas, cessão de recebíveis, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

A Companhia possui cláusulas restritivas com indicadores financeiros e não financeiros de Covenants, conforme abaixo:

- Dívida Líquida / EBITDA \leq 2,5,
- Liquidez Corrente \geq 1,0,
- EBITDA / Despesa Financeira Líquida \geq 1,5,
- Realizar atos de fusão, cisão, incorporação, mudança de controle, mudança na composição do capital, sem a concordância de tais eventos;
- Receber protestos \geq a R\$ 1 milhão da Empresa ou Avalistas;
- Deixar de ter auditadas suas demonstrações financeiras por uma das seguintes empresas: Ernest Young, Price, Deloitte ou KPMG;
- Deixar de apresentar cópia das Demonstrações financeiras auditadas no término de cada exercício social, no prazo estabelecido pela CVM.

20 Obrigações com a Cooperativa

	2023	2022
Tributos e contribuições parcelados - atualizado pela variação da SELIC	1.558	2.397
Tributos e contribuições <i>sub-judice</i> - atualizado pela variação da SELIC	8.692	8.489
Repasso de recursos sem incidência de encargos	8.551	8.551
	18.801	19.437
Passivo circulante	984	928
Passivo não circulante	17.817	18.509
	17.817	18.509

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo que seguirão em aberto até sua liquidação mesmo após o desligamento da Companhia.

São garantidos por notas promissórias e por fianças bancárias.

Nos termos negociados no desligamento da Cooperativa, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Cooperativa, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada. Da mesma forma, a Companhia é responsável proporcionalmente à sua participação na Cooperativa por ações em andamento para as quais não existe provisão contábil pelo fato de os consultores jurídicos classificarem a probabilidade de perda como remota ou possível.

21 Salários e contribuições sociais

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	5.152	3.853
Provisão de participação nas metas e resultados	2.864	1.448
Provisão de férias e 13º salário	14.990	12.686
Encargos sobre a folha de pagamento	4.306	3.916
Outras contribuições	38	29
	27.350	21.932
	27.350	21.932

22 Partes relacionadas

(i) Controladora final

A controladora final é a Equi Participações e Empreendimentos S.A., com 100% (100% em 31 de março de 2022) de participação.

(ii) Remuneração com pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da diretoria e os gerentes de divisão. No exercício findo em 31 de março de 2023, a remuneração paga a esses profissionais foi de R\$ 4.771 (R\$ 5.250 em 31 de março de 2022).

(iii) Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam: assistência médica, refeição e o fornecimento de vale refeição.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Metas e Resultados (PMR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Participação nos resultados	12.154	8.631
Convênio médico e outros benefícios	4.637	4.160
	16.791	12.791

(iv) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com os usufrutuários das ações:

	2023	2022
Juros sobre o capital próprio	15.462	12.487
Empréstimos de acionistas (a)	86.344	76.381
Dividendos a pagar	842	830
Parceria agrícola a pagar (b)	14.835	44.140
	117.483	133.838
Passivo circulante	34.304	18.543
Passivo não circulante	83.179	115.295
Transações	2023	2022
Compra de cana-de-açúcar	4.922	4.805
Juros de parceria agrícola a pagar	2.459	1.133

a. Empréstimos de partes relacionadas

	2023	2022
Saldo em 01 de abril de	76.381	-
Empréstimos recebidos durante o exercício	-	73.000
Juros apropriados	9.963	3.381
Saldo em 31 de março de	86.344	76.381
Circulante	8.634	-
Não circulante	77.710	76.381

A Companhia e o usufrutuário de suas ações Lourenço Biagi (Nota 27 i), firmaram contrato de mútuo financeiro que preveem correção pelo IPCA, acrescidos de juros de 7% ao ano.

O pagamento do valor principal do mútuo e a totalidade dos juros sobre o mesmo incidente, deverão ser pagos até a data de vencimento de acordo com o cronograma abaixo:

Vencimentos	2023	2022
15/04/2023	8.634	7.638
15/04/2024	8.635	7.638
15/04/2025	8.635	7.638
15/04/2026	8.635	7.638
15/04/2027	8.635	7.638
15/04/2028	8.634	7.638
15/04/2029	8.634	7.638
15/04/2030	8.634	7.638
15/04/2031	8.634	7.638
15/04/2032	8.634	7.639
	<u>86.344</u>	<u>76.381</u>

b. Parceria agrícola a pagar

Refere-se a compra da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e álcool da empresa Agro Trabalho, que estão sendo realizadas com base em termos e condições acordadas entre as partes, através de contratos vigentes.

23 Adiantamentos de clientes

Valores adiantados por clientes em operações de venda de produtos, substancialmente de açúcar.

24 Tributos a recolher

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	2.390
Tributos retidos a recolher	<u>1.461</u>	<u>1.667</u>
	<u>1.461</u>	<u>4.057</u>

25 Provisão para contingências

	2022	Provisão	(Reversão)	(Pagamentos)	2023
Cíveis (i)	1.033	1.088	(1.033)	-	1.088
Trabalhistas (ii)	<u>2.024</u>	<u>1.903</u>	<u>(473)</u>	-	<u>3.454</u>
	<u>3.057</u>	<u>2.991</u>	<u>(1.506)</u>	-	<u>4.542</u>
	2021	Provisão	(Reversão)	(Pagamentos)	2022
Cíveis (i)	1.276	-	-	(243)	1.033
Trabalhistas (ii)	<u>1.887</u>	<u>1.048</u>	-	(911)	<u>2.024</u>
	<u>3.163</u>	<u>1.048</u>	-	<u>(1.154)</u>	<u>3.057</u>

Refere-se a provisão para pagamento de processos cíveis e trabalhistas que se encontram em andamento e para os quais a possibilidade de perda é provável.

- (i) Cíveis – Refere-se a processos em que a contraparte pleiteava indenização por danos materiais e morais.

- (ii) Trabalhistas - As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “*in itinere*”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; e (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade. Além disso, existem processos pleiteando indenizações por danos morais e materiais.

Conforme cisão ocorrida em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia firmou um acordo particular sobre os processos judiciais de natureza civil e tributária, que serão controlados pela Usina Batatais S/A Açúcar e Álcool, com resultados positivos e negativos repassados na proporção de 50% para a Companhia.

Esses compromissos perfazem o montante estimado em 31 de março de 2023 em R\$ 16.144 (R\$ 34.469 em 31 de março de 2022), cuja materialização, na avaliação suportada por consultores jurídicos, é possível, para as quais a administração da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

A Companhia possui contingência ativa, através da Ação Ordinária 90.0002276-2, com base na disposição na Lei n. 4.870/65, garantindo o direito de recebimento da indenização pelos prejuízos da fixação dos preços de açúcar e de álcool em patamar inferior ao apurado pelo custo médio regional de produção, referente ao período em questão (março/1985 a outubro/1989). A Companhia faz jus a rateio de crédito decorrente deste processo, sendo na qualidade de ex-cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

26 Tributos diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2023
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	-	2.951	-	2.951
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	-	1.062	-	1.062
Tributos sobre <i>Swap</i>	7.945	(4.058)	-	3.887
Tributos sobre contingências	1.047	497	-	1.544
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	274	(262)	-	12
Tributos sobre outras diferenças temporárias	507	92	-	599
Instrumentos financeiros derivativos	26.536	15.946	(1.286)	41.196
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(7.791)	835	-	(6.956)
Variação do valor justo do ativo biológico	(15.596)	(525)	-	(16.121)
Depreciação acelerada incentivada	(120.775)	(20.647)	-	(141.422)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(52.438)	(6.612)	-	(59.050)
Arrendamentos e parcerias agrícolas	18.520	12.194	-	30.714
Incentivos fiscais de subvenção	-	(4.759)	-	(4.759)
Outros	272	(5.281)	-	(5.009)
	<u>(141.499)</u>	<u>(8.567)</u>	<u>(1.286)</u>	<u>(151.352)</u>

	2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2022
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	1.129	(1.129)	-	-
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	406	(406)	-	-
Tributos sobre <i>Swap</i>	(300)	8.245	-	7.945
Tributos sobre contingências	1.075	(28)	-	1.047
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	274	-	-	274
Tributos sobre outras diferenças temporárias	(220)	727	-	507
Instrumentos financeiros derivativos	55.160	(12.218)	(16.406)	26.536
Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(8.446)	655	-	(7.791)
Variação do valor justo do ativo biológico	(8.228)	(7.368)	-	(15.596)
Depreciação acelerada incentivada	(101.626)	(19.149)	-	(120.775)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(47.178)	(5.260)	-	(52.438)
Valor justo investimentos	(2.048)	2.048	-	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas	14.695	3.825	-	18.520
Outros	(2.615)	2.887	-	272
	<u>(97.922)</u>	<u>(27.171)</u>	<u>(16.406)</u>	<u>(141.499)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

A Companhia, utiliza taxas de depreciação diferentes daquelas previstas pela legislação vigente, que levam em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens alocados no seu ativo imobilizado. A diferença existente entre o encargo de depreciação gerado com base na taxa fiscal e aquele gerado com base na taxa contábil é ajustada na apuração do Lucro Real, sendo o crédito ou débito tributário reconhecido no mesmo período.

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Os débitos tributários são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal. Assim, os saldos de tributos diferidos demonstrados a seguir referem-se aos montantes líquidos.

Período estimado de realização dos créditos tributários

Créditos tributários diferidos, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado com lucro tributável e na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.687	45.687	117.097	117.097
Juros sobre o capital próprio	(3.500)	(3.500)	(19.000)	(19.000)
	<u>42.187</u>	<u>42.187</u>	<u>98.097</u>	<u>98.097</u>
Alíquota fiscal máxima	25%	9%	25%	9%
Cálculo pela alíquota máxima	(10.528)	(3.797)	(24.500)	(8.829)
Adições permanentes				
Despesas indedutíveis	(878)	(316)	(595)	(209)
Exclusões permanentes				
Diferença na tributação dos CBIOS	5.870	2.114	3.265	1.175
Tributos no resultado	<u>(5.536)</u>	<u>(1.999)</u>	<u>(21.830)</u>	<u>(7.863)</u>
Impostos correntes	763	268	(1.851)	(671)
Impostos diferidos	(6.299)	(2.268)	(19.979)	(7.192)
Taxa efetiva	13%	5%	22%	8%

27 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de março de 2023 e de 2022, o capital social é representado por 2.930.102 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

	2023		2022	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Equi Participações e Empreendimentos S.A.	<u>2.930.102</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.930.102</u>	<u>100,0%</u>
	<u>2.930.102</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.930.102</u>	<u>100,0%</u>

As ações pertencentes à Equi Participações e Empreendimentos S.A. são gravadas com usufruto em nome de Lourenço Biagi, e resguarda ao usufrutuário direito aos dividendos e juros sobre o capital próprio. O direito de voto não foi resguardado e, portanto, pertence à *holding* Equi.

(ii) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Em atendimento ao disposto na Lei 11.638/07, a administração efetuou a proposta de destinação do lucro remanescente, após constituição das reservas legal e estatutária e dos dividendos obrigatórios, à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. Essa proposta será objeto de avaliação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Em 26 de julho de 2021, foi deliberado e aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 23.052.

Em 03 de novembro de 2021, foi deliberado e aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 70.000 e aumento do capital social no montante de R\$ 225.390 mediante utilização das contas Reserva legal e Reserva de retenção de lucros.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se ao benefício fiscal relativo a créditos de ICMS. Essa reserva só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos. A Companhia constitui "Reserva de Incentivos Fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de março de 2023 o saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, constituídas, é de R\$ 13.998. A Companhia não possui "Reservas de Incentivos Fiscais" não constituídas.

(iii) Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído

Refere-se aos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado a partir de 1º de abril de 2009, líquidos dos efeitos tributários. É realizada com base na depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens avaliados em contrapartida de Lucros acumulados. Os valores realizados, líquidos dos efeitos tributários, foram de R\$ 1.743 (R\$ 1.976 em 31 de março de 2022).

Contabilidade de hedge

A parcela efetiva das variações no valor justo de instrumentos derivativos e não derivativos, designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial", que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultado financeiro.

Ajuste patrimonial

Refere-se ao ajuste patrimonial apurado na cisão da Companhia em 29 de fevereiro de 2020, que conforme ATA AGO realizada em julho/2022, registrada na JUCESP em setembro/2022 sob o número 482.780/22-2, foi deliberada a aprovação da incorporação do saldo de R\$ 27.625 na conta de Reserva de Lucros.

(iv) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício, calculado após a constituição da reserva legal (5% do lucro líquido).

(v) Juros sobre capital próprio

A distribuição de juros sobre capital próprio para os usufrutuários da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, conforme parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social, em que a Companhia pode, facultativamente, efetuar o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei 9.249/1995, art. 9º, podendo este ser considerado como parte integrante dos dividendos mínimos obrigatórios.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

28 Receita líquida das vendas

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2023	2022
Mercado interno	587.879	529.002
Mercado externo	465.719	347.796
	<u>1.053.598</u>	<u>876.798</u>
Impostos sobre vendas	(66.218)	(69.004)
Receita líquida	<u>987.380</u>	<u>807.794</u>
Receita líquida por produto	2023	2022
Açúcar	525.308	421.220
Etanol	423.409	371.759
Cbios	12.477	7.854
Cereais	9.209	410
Levedura	8.008	1.105
Bagaço	6.925	4.063
Óleo Fuseo	646	330
Cana-de-açúcar	526	349
Outros	872	704
	<u>987.380</u>	<u>807.794</u>

29 Despesas por natureza

	2023	2022
Amortização da colheita do ativo biológico	(210.833)	(167.180)
Depreciação direito de uso	(147.967)	(87.513)
Depreciação e amortização	(120.106)	(98.346)
Insumos, peças e outros materiais	(80.956)	(36.068)
Salários e benefícios a empregados	(70.551)	(71.927)
Provisões manutenção entressafra	(45.605)	(20.504)
Fretes	(41.667)	(27.869)
Cana-de-açúcar	(40.285)	(52.087)
Combustíveis e lubrificantes	(31.164)	(22.798)
Serviços de terceiros	(28.998)	(26.688)
Tributos (exceto IRPJ e CSLL)	(7.652)	(8.598)
Demais gastos operacionais (próprios e Cooperativa)	(14.026)	(967)
	<u>(839.810)</u>	<u>(620.545)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(787.204)	(573.548)
Despesas com vendas	(10.648)	(10.862)
Despesas gerais e administrativas	(41.958)	(36.135)
	<u>(839.810)</u>	<u>(620.545)</u>

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Outras receitas		
Receitas repassadas por Cooperativa	4.418	3.730
Receita na venda de ativos	4.292	14.175
Receita de subvenções	13.998	-
Créditos tributários	7.543	6.549
Ajuste a valor justo de ativos	977	-
Receitas de alugueis e arrendamentos	483	3.236
Outras receitas	254	1.479
	<u>31.965</u>	<u>29.169</u>
Outras despesas		
Despesas repassadas por Cooperativa	(813)	(980)
Despesas por baixa de ativos imobilizados	(2.896)	(12.556)
Despesas por baixa de cana-de-açúcar	(812)	-
Despesas por baixa de investimentos	-	(511)
Despesas por baixa de outros ativos	(197)	(232)
Pis Cofins sobre outras receitas e importações	(3.901)	(2.199)
Provisões	(1.484)	82
Estorno de crédito tributário	(1.796)	(1.636)
Despesas decorrentes da cisão	(433)	(218)
Reflorestamento	(1.366)	(1.161)
Ajuste a valor justo de ativos	-	(7.530)
Outras despesas	(306)	(226)
	<u>(14.004)</u>	<u>(27.167)</u>
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>17.961</u>	<u>2.002</u>

31 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	59.260	17.341
Juros sobre empréstimos concedidos	193	34
Juros sobre tributos a recuperar	1.167	153
Outras receitas	931	329
	<u>61.551</u>	<u>17.857</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos bancários	(127.171)	(76.943)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	(80.290)	(49.034)
Juros sobre empréstimos acionista	(9.964)	-
Juros sobre saldos Cooperativa	(405)	(290)
Outras despesas	(9.329)	(6.542)
	<u>(227.159)</u>	<u>(132.809)</u>
Varição cambial e monetária, líquida:		
Empréstimos e financiamentos	(9.786)	23.175
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.868)	(13.755)
Clientes e fornecedores	(1.884)	9.063
	<u>(13.538)</u>	<u>18.483</u>
Resultado com derivativos, líquido		
Operações de açúcar	7.132	(23.172)
Operações de etanol	(13)	(263)
Operações de moeda	18.693	19.120
Operações de <i>swap</i>	(9.501)	(15.581)
	<u>16.311</u>	<u>(19.896)</u>
Resultado financeiro	<u>(162.835)</u>	<u>(116.365)</u>

32 Lucro por ação

Por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	38.151	87.404
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício (milhares)	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>13,02</u>	<u>29,83</u>

33 Instrumentos financeiros

(i) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2023								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	-	431.652	28.127	459.779	-	431.652	-	431.652
Aplicações financeiras	-	148.428	-	148.428	-	148.428	-	148.428
Instrumentos financeiros derivativos	51.634	3.310	-	54.944	-	54.944	-	54.944
Swaps de taxa de juros	-	572	-	572	-	572	-	572
Contas a receber de clientes	-	-	81.044	81.044	-	-	-	-
Investimentos	-	-	625	625	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	-	44.261	44.261	-	-	-	-
	<u>51.634</u>	<u>583.962</u>	<u>154.057</u>	<u>789.653</u>	<u>-</u>	<u>635.596</u>	<u>-</u>	<u>635.596</u>
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	33.679	33.679	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.072.737	1.072.737	-	1.130.408	-	1.130.408
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	-	-	962.514	962.514	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	173.166	2.068	-	175.234	-	175.234	-	175.234
Swaps de taxa de juros	-	12.872	-	12.872	-	12.872	-	12.872
Obrigações com a Cooperativa	-	-	18.801	18.801	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	16.304	16.304	-	-	-	-
Empréstimos de acionistas	-	-	86.344	86.344	-	86.344	-	86.344
	<u>173.166</u>	<u>14.940</u>	<u>2.190.379</u>	<u>2.378.485</u>	<u>-</u>	<u>1.404.858</u>	<u>-</u>	<u>1.404.858</u>

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2022								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	-	424.885	51.207	476.092	-	424.885	-	424.885
Aplicações financeiras	-	103.534	-	103.534	-	103.534	-	103.534
Instrumentos financeiros derivativos	3.372	68.725	-	72.097	-	72.097	-	72.097
Swaps de taxa de juros	-	393	-	393	-	393	-	393
Contas a receber de clientes	-	-	49.757	49.757	-	-	-	-
Investimentos	-	-	625	625	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	-	18.434	18.434	-	-	-	-
	<u>3.372</u>	<u>597.537</u>	<u>120.023</u>	<u>720.932</u>	<u>-</u>	<u>597.537</u>	<u>-</u>	<u>597.537</u>
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	56.131	56.131	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.015.887	1.015.887	-	1.015.887	-	1.015.887
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	-	-	973.390	973.390	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	143.754	1.859	-	145.613	-	145.613	-	145.613
Swaps de taxa de juros	-	24.629	-	24.629	-	24.629	-	24.629
Obrigações com a Cooperativa	-	-	19.437	19.437	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	13.317	13.317	-	-	-	-
Empréstimos de acionistas	-	-	76.381	76.381	-	76.381	-	76.381
	<u>143.754</u>	<u>26.488</u>	<u>2.154.543</u>	<u>2.324.785</u>	<u>-</u>	<u>1.262.510</u>	<u>-</u>	<u>1.262.510</u>

(ii) Mensuração do valor justo

O valor justo das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das demonstrações financeiras que correspondem aos valores contábeis.

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2023 e 2022.

a. Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas
Outros passivos financeiros (*)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado usando uma taxa de desconto ajustada ao risco. Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.	Não aplicável
Contratos de câmbio a termo	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.
Swaps de taxa de juros		Não aplicável.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos

(iii) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	459.779	476.092
Aplicações financeiras	8	148.428	103.534
Contas a receber de clientes	9	81.044	49.757
Instrumentos derivativos não realizados	33	55.516	72.490
Demais contas a receber	14	44.261	46.059
		<u>789.028</u>	<u>747.932</u>
Ativo circulante		679.177	662.966
Ativo não circulante		<u>109.851</u>	<u>84.966</u>

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez, conforme estabelecido em sua política de gestão de risco. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Contas a receber de clientes

A Companhia segue os critérios de avaliação estabelecidos em sua política de crédito e cobrança, a qual determina os seguintes principais parâmetros: (i) classes de risco para enquadramento dos clientes; (ii) prazo de validade dos limites estabelecidos; (iii) forma de avaliação dos clientes com base em suas demonstrações financeiras para enquadramento nas classes de risco; (iv) níveis de aprovação dos limites estabelecidos; e (v) forma de cobrança em caso de atraso/inadimplência. Vendas para clientes que não disponibilizam suas demonstrações ou para aqueles que tenham situação financeira insatisfatória, ou mesmo vendas realizadas acima dos limites estabelecidos, devem ser realizadas obrigatoriamente com pagamento

antecipado.

As outras contas a receber de clientes estão basicamente representadas por clientes compradores de subprodutos da Companhia, bem como por venda de cana-de-açúcar. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito.

Instrumentos derivativos não realizados

A Companhia opera com instituições de primeira linha e avalia, periodicamente, o *rating* das instituições disponibilizado no mercado, conforme parâmetro estabelecido na política de gestão de risco. Além disso, na mesma política foi estabelecido o limite máximo de exposição por contraparte.

Garantias

A Companhia tem como política não fornecer garantia a terceiros.

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 34, para fazer face a inadimplência de determinadas contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da maximização de seu retorno de caixa em investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave da Companhia e submetida à aprovação da Administração.

A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo.

2023						
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	33.679	33.679	33.679	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.072.737	1.460.921	322.251	630.068	406.728	101.874
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	962.514	1.374.789	188.915	179.295	470.812	535.767
Obrigações com a Cooperativa	18.801	18.837	1.014	579	-	17.244
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	16.304	16.304	16.304	-	-	-
Empréstimos de acionistas	86.344	86.344	8.634	17.268	25.902	34.540
Instrumentos financeiros derivativos	188.106	188.106	188.106	-	-	-
	<u>2.378.485</u>	<u>3.178.980</u>	<u>758.903</u>	<u>827.210</u>	<u>903.442</u>	<u>689.425</u>
2022						
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	56.131	56.131	56.131	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.015.887	1.554.183	230.451	309.270	736.255	278.207
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	973.390	1.347.171	170.334	167.504	463.035	546.298
Obrigações com a Cooperativa	19.437	19.523	982	956	546	17.039
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	13.317	12.487	12.487	-	-	-
Empréstimos de acionistas	76.381	189.740	-	19.641	42.462	127.637
Instrumentos financeiros derivativos	170.242	170.242	170.242	-	-	-
	<u>2.324.785</u>	<u>3.349.477</u>	<u>640.627</u>	<u>497.371</u>	<u>1.242.298</u>	<u>969.181</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Risco de mercado

Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pela Administração.

A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração e constantes da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pela Administração.

A totalidade dos produtos comercializados são produzidos pela própria Companhia.

O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ e pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que estes sejam os principais fatores de risco do portfólio. A exposição líquida (que considera o açúcar produzido com cana de açúcar própria) é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos na Política de Gestão de Riscos pela Administração.

O etanol é comercializado no mercado interno, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pela Administração, bem como com a definição de volumes de vendas em períodos que devem acompanhar a formação de preço do ESALQ.

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos para controle da exposição de commodities:

- (i) Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (Non Deliverable Forward), opções e acumuladores permitidas em Política.
- (ii) Contratos a termo negociados diretamente com clientes.

O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial.

Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Existem limites concedidos pelas instituições e só haverá necessidade de depósitos de margem caso o ajuste seja superior ao limite concedido. Assim, o principal impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá no momento da liquidação.

Instrumentos derivativos não realizados

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contratos de derivativos de açúcar	11.582	174.026	7.133	3.372	143.754	(23.172)
Contratos de derivativos de etanol	-	-	(13)	-	-	(263)
Contratos de derivativos de moeda	43.362	1.208	18.693	68.725	1.859	19.120
Contratos de derivativos de <i>swap</i>	572	12.872	(9.502)	393	24.629	(15.581)
	55.516	188.106	16.311	72.490	170.242	(19.896)

A Companhia faz uso da Contabilidade de *Hedge*, designando alguns instrumentos e tem seus resultados acumulados no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, os quais serão levados ao resultado somente quando da liquidação do objeto de *hedge*. Nota explicativa nº 6.11 (v)

Os instrumentos não designados para a Contabilidade de *Hedge* seguem tendo sua marcação a mercado, bem como sua liquidação, alocadas na demonstração do resultado do período, dentro do resultado financeiro, tendo reconhecido um ganho de R\$ 9.888 no exercício findo em 31 de março de 2023 (perda de R\$ 6.423 no exercício findo em 31 de março de 2022).

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*), opções e acumuladores permitidas em Política.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco.

Nas demonstrações financeiras atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, estão apresentados a seguir:

		Valor/Volume contratado	Preço médio (cBRL/lb)	Valor de referencia - R\$	Valor justo
No ativo circulante - Ganho					
Compromissos de venda					
Contratos a termos de Açúcar	Ton	556	95,20	61.285	8.179
Contratos a termos de Moeda	R\$	300.841	95,20	300.841	<u>29.547</u>
Total no ativo circulante					<u><u>37.726</u></u>
No ativo não circulante - Ganho					
Compromissos de venda					
Contratos a termos de Açúcar	Ton	993	95,20	110.522	3.403
Contratos a termos de Moeda	R\$	97.771	95,20	97.771	<u>13.815</u>
Total no ativo não circulante					<u><u>17.218</u></u>
No passivo circulante - Perda					
Contratos a termos de Açúcar	Ton	4.845	95,20	455.742	150.102
Contratos a termos de Moeda	R\$	78.848	95,20	78.848	<u>1.208</u>
Total no passivo circulante					<u><u>151.310</u></u>
Contratos a termos de Açúcar	Ton	2.711	95,20	298.702	<u>23.924</u>
Total no passivo não circulante					<u><u>23.924</u></u>

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro	276.955	438.649	(161.695)
Derivativos de câmbio - NDF	<u>45.484</u>	<u>3.647</u>	<u>41.837</u>
	322.439	442.296	(119.858)
Tributos diferidos sobre os itens acima	<u>(109.629)</u>	<u>(150.381)</u>	<u>40.751</u>
	<u><u>212.810</u></u>	<u><u>291.915</u></u>	<u><u>(79.107)</u></u>

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Safra 23/24	Safra 24/25	Safra 25/26	Total
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	(138.083)	(22.584)	(1.028)	(161.695)
Derivativos de câmbio – opções e NDF	<u>28.022</u>	<u>13.493</u>	<u>322</u>	<u>41.837</u>
	(110.061)	(9.091)	(706)	(119.858)
Tributos diferidos sobre os itens acima	<u>37.421</u>	<u>3.091</u>	<u>240</u>	<u>40.751</u>
	<u>(72.640)</u>	<u>(6.000)</u>	<u>(465)</u>	<u>(79.107)</u>

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte americano) nas vendas, compras, contas a receber e empréstimos e financiamentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso, o Real (R\$).

A Companhia utiliza Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda

Os ativos (caixa e equivalentes a caixa e contas a receber) e passivos monetários (empréstimos e financiamentos) denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo.

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD.

As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. O nível permitido de exposição cambial e os instrumentos financeiros derivativos que podem ser utilizados pela Companhia estão definidos na Política de Gestão de Riscos.

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravo do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2023, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	31/03/2023		Câmbio	31/03/2023		Redução em		Elevação em	
	em R\$	Risco		em USD	50%	25%	25%	50%	
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	27.761	USD	5,0804	5.464	13.880	20.820	34.701	41.641	
Instrumentos financeiros derivativos	55.516	USD	5,0804	10.927	27.758	41.637	69.395	83.274	
Contas a receber de clientes	46.992	USD	5,0804	9.250	23.496	35.244	58.740	70.488	
Total	<u>130.269</u>	-	<u>-</u>	<u>25.641</u>	<u>65.134</u>	<u>97.701</u>	<u>162.836</u>	<u>195.403</u>	
Impacto estimado	<u>-</u>	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(65.134)</u>	<u>(32.567)</u>	<u>32.567</u>	<u>65.134</u>	
Passivos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	(188.106)	USD	5,0804	(37.026)	(94.053)	(141.080)	(235.133)	(282.159)	
Empréstimos e financiamentos	(110.467)	USD	5,0804	(21.744)	(55.234)	(82.850)	(138.084)	(165.701)	
Total	<u>(298.573)</u>	-	<u>-</u>	<u>(58.770)</u>	<u>(149.287)</u>	<u>(223.930)</u>	<u>(373.216)</u>	<u>(447.860)</u>	
Impacto estimado	<u>-</u>	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149.287</u>	<u>74.643</u>	<u>(74.643)</u>	<u>(149.287)</u>	

Fontes: As informações do USD Câmbio foram extraídas do site do Banco Central do Brasil e relatório Focus do último dia útil de março de 2023.

	Exposição 31/03/2022		Câmbio	Exposição 31/03/2022		Redução em		Elevação em	
	em R\$	Risco		em USD	50%	25%	25%	50%	
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	51.143	USD	4,7378	10.795	13.880	20.820	34.701	41.641	
Instrumentos financeiros derivativos	72.490	USD	4,7378	15.300	27.758	41.637	69.395	83.274	
Contas a receber de clientes	12.278	USD	4,7378	2.591	23.496	35.244	58.740	70.488	
Total	135.911	-	-	28.687	65.134	97.701	162.836	195.403	
Impacto estimado	-	-	-	-	(65.134)	(32.567)	32.567	65.134	
Passivos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	(170.242)	USD	4,7378	(35.933)	(94.053)	(141.080)	(235.133)	(282.159)	
Empréstimos e financiamentos	(134.577)	USD	4,7378	(28.405)	(55.234)	(82.850)	(138.084)	(165.701)	
Total	(304.819)	-	-	(64.338)	(149.287)	(223.930)	(373.216)	(447.860)	
Impacto estimado	-	-	-	-	149.287	74.643	(74.643)	(149.287)	

Fontes: As informações do USD Câmbio foram extraídas do site do Banco Central do Brasil e relatório Focus do último dia útil de março de 2022.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos.

Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um *hedge* natural entre os saldos.

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas, para as quais busca ter como teto o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Indexador	2023	2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	431.652	424.885
Aplicações financeiras	CDI	148.428	103.534
Demais contas a receber	CDI	<u>3.337</u>	<u>1.607</u>
		<u>583.417</u>	<u>530.025</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - NCE	CDI	(77.277)	-
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	CDI	(223.269)	(158.190)
Empréstimos e financiamentos - CRA	CDI	(73.874)	(72.999)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(219.438)	(263.430)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	CDI	(116.290)	(142.261)
Empréstimos e financiamentos - FINAME	TJLP	(160)	(227)
Empréstimos e financiamentos - FINEM	TLP	(242.631)	(240.151)
Empréstimos de acionistas	IPCA	(86.344)	(76.381)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	SELIC	<u>(10.250)</u>	<u>(10.886)</u>
		<u>(1.049.533)</u>	<u>(964.525)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

		Cenários										
Exposição		Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%		
31/03/2023	Risco	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	580.080	CDI	12,47%	72.336	15,59%	90.420	18,71%	108.504	9,35%	54.252	6,24%	36.168
Demais contas a receber	3.337	CDI	12,47%	416	15,59%	520	18,71%	624	9,35%	312	6,24%	208
Total dos ativos financeiros	583.417	-	-	72.752	-	90.941	-	109.128	-	54.564	-	36.375
Passivos financeiros												
Empréstimos e financiamentos - NCE	(77.277)	CDI	12,47%	(9.636)	15,59%	(12.046)	18,71%	(14.455)	9,35%	(7.227)	6,24%	(4.818)
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	(223.269)	CDI	12,47%	(27.842)	15,59%	(34.802)	18,71%	(41.762)	9,35%	(20.881)	6,24%	(13.921)
Empréstimos e financiamentos - CRA	(73.874)	CDI	12,47%	(9.212)	15,59%	(11.515)	18,71%	(13.818)	9,35%	(6.909)	6,24%	(4.606)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(219.438)	CDI	12,47%	(27.364)	15,59%	(34.205)	18,71%	(41.046)	9,35%	(20.523)	6,24%	(13.682)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	(116.290)	CDI	12,47%	(14.501)	15,59%	(18.127)	18,71%	(21.752)	9,35%	(10.876)	6,24%	(7.251)
Empréstimos e financiamentos - FINAME	(160)	TJLP	6,15%	(10)	7,69%	(12)	9,23%	(15)	4,61%	(7)	3,08%	(5)
Empréstimos e financiamentos - FINEM	(242.631)	TLP	6,15%	(14.922)	7,69%	(18.652)	9,23%	(22.383)	4,61%	(11.191)	3,08%	(7.461)
Empréstimos de acionistas	(86.344)	IPCA	4,65%	(4.015)	5,81%	(5.019)	6,98%	(6.022)	3,49%	(3.011)	2,33%	(2.007)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	(10.250)	SELIC	13,65%	(1.399)	17,06%	(1.749)	20,48%	(2.099)	10,24%	(1.049)	6,83%	(700)
Total dos passivos financeiros	(1.049.533)	-	-	(108.901)	-	(136.126)	-	(163.352)	-	(81.675)	-	(54.452)
Total	-	-	-	(36.149)	-	(45.184)	-	(54.223)	-	(27.111)	-	(18.076)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(9.035)	-	(18.074)	-	9.038	-	18.074

Fontes: As informações do CDI, SELIC, IPCA, TLP e TJLP foram extraídas o site da Cetip, BNDES e IBGE com a data-base do último dia útil de março de 2023.

Lins Agroindustrial S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2023

	Exposição 31/03/2022	Risco	Cenários									
			provável		aumento do índice em 25%		aumento do índice em 50%		redução do índice em 25%		redução do índice em 50%	
			%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor
Aplicações financeiras	528.419	CDI	13,44%	71.020	16,80%	88.774	20,16%	106.529	10,08%	53.265	6,72%	35.510
Outros investimentos	1.607	CDI	13,44%	216	16,80%	270	20,16%	324	10,08%	162	6,72%	108
Total dos ativos financeiros	530.026			71.236		89.044		106.853		53.427		35.618
Passivos financeiros												
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	(158.190)	CDI	13,64%	(21.577)	17,05%	(26.971)	20,46%	(32.366)	10,23%	(16.183)	6,82%	(10.789)
Empréstimos e financiamentos - CRA	(72.999)	CDI	13,64%	(9.957)	17,05%	(12.446)	20,46%	(14.936)	10,23%	(7.468)	6,82%	(4.979)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(263.430)	CDI	13,64%	(35.932)	17,05%	(44.915)	20,46%	(53.898)	10,23%	(26.949)	6,82%	(17.966)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	(142.261)	CDI	13,64%	(19.404)	17,05%	(24.256)	20,46%	(29.107)	10,23%	(14.553)	6,82%	(9.702)
Empréstimos e financiamentos - FINAME	(227)	TJLP	15,57%	(35)	19,46%	(44)	23,36%	(53)	11,68%	(27)	7,79%	(18)
Empréstimos e financiamentos - FINEM	(240.151)	TLP	15,57%	(37.392)	19,46%	(46.739)	23,36%	(56.087)	11,68%	(28.044)	7,79%	(18.696)
Empréstimos de acionistas	(76.381)	IPCA	11,30%	(8.631)	14,13%	(10.789)	16,95%	(12.947)	8,48%	(6.473)	5,65%	(4.316)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	(10.886)	SELIC	12,75%	(1.388)	15,94%	(1.735)	19,13%	(2.082)	9,56%	(1.041)	6,38%	(694)
Total dos passivos financeiros	(964.525)			(134.316)		(167.895)		(201.474)		(100.737)		(67.158)
Total				(63.081)		(78.851)		(94.621)		(47.311)		(31.540)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(15.770)		(31.540)		15.770		31.540

Fontes: As informações do CDI, SELIC, IPCA, TLP e TJLP foram extraídas o site da Cetip, BNDES e IBGE com a data-base do último dia útil de março de 2022.

34 Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades.

Em concordância com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos e parceria agrícola a pagar (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

O índice de alavancagem financeira da Companhia em 31 de março é apresentado a seguir:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	1.072.737	1.015.887
Arrendamentos a pagar	14.024	12.050
Parceria agrícola a pagar	948.490	961.340
Menos: caixa e equivalentes a caixa	(459.779)	(476.092)
Menos: aplicações financeiras	<u>(148.428)</u>	<u>(103.534)</u>
Dívida líquida	<u>1.427.044</u>	<u>1.409.651</u>
Total do patrimônio líquido	555.225	518.440
Índice de alavancagem financeira	2,57	2,72

35 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

(i) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arendamentos a pagar	Parceria agrícola a pagar	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de abril de 2021	787.959	6.433	669.225	1.463.617	(500.331)	963.286
Movimentações que afetam o fluxo de caixa						
Captações	391.298	-	-	391.298	(79.295)	312.003
Amortizações	(150.747)	(8.160)	(160.598)	(319.505)	-	(319.505)
Encargos financeiros pagos	(66.391)	-	-	(66.391)	-	(66.391)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	-	10.829	29.835	40.664	-	40.664
Remensuração	-	1.788	375.006	376.794	-	376.794
Apropriação de encargos financeiros	-	1.160	47.872	49.032	-	49.032
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	53.768	-	-	53.768	-	53.768
Dívida líquida em 31 de março de 2022	<u>1.015.887</u>	<u>12.050</u>	<u>961.340</u>	<u>1.989.277</u>	<u>(579.626)</u>	<u>1.409.651</u>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Captações	153.536	-	-	153.536	(28.581)	124.955
Amortizações	(121.865)	(11.679)	(194.805)	(328.349)	-	(328.349)
Encargos financeiros pagos	(111.778)	-	-	(111.778)	-	(111.778)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	-	11.694	99.674	111.368	-	111.368
Remensuração	-	30	3.922	3.952	-	3.952
Apropriação de encargos financeiros	-	1.929	78.359	80.288	-	80.288
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	136.957	-	-	136.957	-	136.957
Dívida líquida em 31 de março de 2023	<u>1.072.737</u>	<u>14.024</u>	<u>948.490</u>	<u>2.035.251</u>	<u>(608.207)</u>	<u>1.427.044</u>

36 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Adicionalmente a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo de produtos acabados.

Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra com fornecedores para aquisição de insumos agrícolas e industriais.

37 Evento subsequente

1ª Emissão de debêntures simples

A Companhia concluiu em 13 de junho de 2023, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da Lins Agroindustrial S.A. nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, tendo em vista o enquadramento do projeto de investimento em ampliação, manutenção e recuperação da produção de biomassa (cana-de-açúcar), relativa às safras 22/23, 23/24 e 24/25, no valor total de R\$ 150.000. Este valor será amortizado em 4 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em junho/2027 e com vencimento final em junho/2030. Foram emitidas 150.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,21% ao ano.

A totalidade do contrato está indexado a taxa de CDI + 1,56 a.a. através do instrumento de Swap de Fluxo de Caixa junto ao Banco Itaú S.A.

Em 14 de junho de 2023 a Companhia liquidou antecipadamente operação de financiamento que mantinha junto ao banco Itaú S.A. no valor total de R\$ 100.000, que tinha de vencimentos em 4 parcelas sendo a primeira em novembro/2023 e a última em novembro/2026. Não ocorreu nenhum custo adicional referente a esta antecipação.